

CORREIO BRAZILIENSE Gasto ou investimento?

ARNALDO NISKIER

Embora muita gente use a expressão "gastos em educação", somos francamente favoráveis a "investimentos em educação", o que pressupõe um retorno às aplicações financeiras feitas. O Brasil ocupa hoje o 88º lugar em matéria de investimentos em educação. Segundo dados do **Institute for Management Development (IMC)**, estamos diante do seguinte quadro: Brasil, 90 dólares per capita; Singapura, 300 dólares; Taiwan, 190 dólares; Hong Kong, 166 dólares.

Perdemos feio para os tigres asiáticos não apenas no que se refere aos números, mas também no que é feito do dinheiro. Desse total de 90 dólares, somente 43 dólares chegam à sala de aula, perdendo-se os 47 restantes nos desvios da burocracia. É difícil ser otimista num panorama de tamanha precariedade.

Em palestra na Associação Fluminense de Educação, em Duque de Caxias (RJ), fizemos referência a esses números. Em consequência, na hora do debate, que foi muito animado, surgiram perguntas interessantes, como esta: "Por que nos países do Terceiro Mundo a educação é sem-

pre colocada em segundo plano pelos governantes?"

Não creio que seja uma determinação governamental colocar a educação em plano secundário, mas em compensação também não se atribui a ela a prioridade devida, e isso é muito claro. Outra questão: "O baixo salário dos professores justifica a decadência do ensino?". É evidente que esse é um dos fatores, embora se possa ter uma visão macro do problema. O lado social dos governos sempre foi descuidado — e o resultado aí está.

O auditório faz cobranças, o que é muito natural. Tipo: "No seu livro Administração Escolar há muitas sugestões. Nada se fez?". Ou então: "O senhor participa da política educacional desde 1979, quando foi secretário Estadual de Educação, e por que as coisas não melhoraram?". De início, há um espanto com esse tipo de colocação. Depois, as idéias se arrumam e é possível responder com a verdade. "Fiz a minha parte. Reformei escolas, criei muitas outras, lutei para pagar melhor a professores e especialistas, produzi materiais didáticos, seria formidável se cada secretário pudesse fazer o mesmo...". Mais recentemente, no Conselho Federal de Educação, a luta continuou. São

inúmeros os projetos de minha autoria".

A aluna Maria de Fátima Gonçalves Alves preocupa-se com os bilhões de cruzeiros que serão investidos em novos caminhos, sem que se tenha feito uma avaliação crítica de trabalhos anteriores: "A Lei 5692/71 possui deformidades que se arrastam por anos e não foram corrigidas; já se pensa numa reforma do ensino de 1º e 2º Graus..."

A tradição brasileira mostra que nossas leis têm uma vigência média de dez anos. No caso, aguarda-se uma nova LDB em decorrência das mudanças propostas pela Constituição de 1988. A lei complementar é inevitável.

Não se pode adotar uma atitude sombria diante do quadro. Ou mesmo pessimista. O professor há de ser otimista, sentimento que faz parte da essência da sua profissão. Como passar aos nossos alunos a sensação de que estamos diante de uma tragédia, sem solução? As coisas estão difíceis, mas não de ser resolvidas.

■ Arnaldo Niskier, da Academia Brasileira de Letras, é membro do Conselho Federal de Educação

14 FEV 1991

CORREIO BRAZILIENSE